

Sumário

Prefácio.....	xxix
Capítulo I – Caracterização da Lei nº 7.347/85	1
1. Natureza da Lei	1
2. Terminologia da Ação	2
3. Outros dados da Ementa	3
4. Breve Histórico das Ações Coletivas.....	4
Capítulo II – Os Bens Tutelados	7
1. Disciplina Normativa	7
2. Legislação Complementar	10
3. Admissibilidade Concomitante da Ação Popular	12
4. Responsabilidade por Danos	13
Responsabilidade	13
Responsabilidade subjetiva e objetiva.....	15
Danos morais e patrimoniais	16
5. Os Bens Protegidos	19
6. O Meio Ambiente (inciso I)	19
O direito material na Constituição	19
Legislação infraconstitucional	20
Competências constitucionais	22
Conflitos internormativos	23
Instrumentos de tutela	24
7. Direitos do Consumidor	24
Previsão constitucional	24
Legislação infraconstitucional	25
Direitos coletivos e individuais dos consumidores	26
Confronto normativo no tempo	27
8. Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico e Paisagístico (inciso III)	28
Tutela constitucional	28
Competência constitucional	29
Valores específicos tutelados	29
Questionamentos sobre a proteção do patrimônio público e social	30
9. Outros Interesses Coletivos ou Difusos (inciso IV)	32
A introdução do inciso IV na Lei	32
Direitos e interesses	32
Interesses difusos e coletivos	33
Interesses individuais homogêneos	35

10. Infração da Ordem Econômica e da Economia Popular (inciso V) ..	40
11. Ordem Urbanística	42
12. Descabimento	43
Capítulo III – Foro da Ação	45
1. Ações Previstas	45
2. Foro das Ações	46
3. Ocorrência de Dano	47
4. Sujeitos com Foro Normal Privilegiado	48
Foro especial	48
Foro da União	48
Recurso	53
5. Comarcas com Justiça Estadual e Federal	53
6. Modificações da Competência	54
Aspectos gerais	54
Conexão e continência	54
Prevenção	56
Prevenção na ação civil pública	57
Conexão na mesma comarca	60
Causas em comarcas diversas	61
Causas em Estados diversos	63
Causas na Justiça federal e na Justiça estadual	64
Imóveis	65
Aspectos especiais	66
A continência: partes formalmente diversas	67
7. Ação Civil Pública e Ação Popular	68
8. Litígio entre Estados	71
9. Ações Relativas a Direitos do Consumidor	72
10. Competência no Estatuto da Criança	76
11. Competência Funcional	77
12. Competência da Justiça do Trabalho	78
Capítulo IV – Objeto da Ação	81
1. O Objeto da Ação no Direito Processual	81
2. Objeto da Ação Civil Pública	82
3. Condenação em Dinheiro	83
4. Obrigação de Fazer ou Não Fazer	83
Natureza da ação	83
Conteúdo das obrigações	85
Cominação de multa	87
5. Obrigação de Suportar	88
6. Objeto de Caráter Constitutivo	88
Objeto geral	88
Ampliação do objeto: invalidação de cláusulas abusivas	89

Nova ampliação: defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa	91
Limitações do objeto constitutivo	92
A natureza da norma	93
7. Objeto Cumulativo	93
8. Objeto Juridicamente Impossível	95
Ingerência genérica na Administração Pública	95
Objeto criador de direito material	101
9. Inconstitucionalidade Incidental	103
Leis e atos normativos	103
Leis e atos concretos	110
10. Ação de Improbidade Administrativa	111
Capítulo V – Tutela Preventiva	119
1. Ação Cautelar	119
Tutela preventiva	119
A prevenção na Constituição	120
Características da tutela preventiva	120
2. Prevenção para os Fins da Lei nº 7.347/85	121
3. Pressupostos da Tutela Preventiva	122
Os pressupostos	122
A matéria no Código de Processo Civil	123
4. Incidência Normativa	123
5. Interesses sob Tutela Preventiva	124
O advérbio "inclusive"	124
Bens sob tutela preventiva	124
6. A Menção ao Veto	125
7. Medida Cautelar	125
8. Cautela Satisfativa	127
9. Tutela Antecipatória	130
Pedido condenatório	131
Pedido constitutivo	133
Capítulo VI – Legitimidade para a Causa	135
1. Condições da Ação	135
2. Legitimação Ordinária e Extraordinária	136
3. Outras Formas de Legitimação	137
Legitimidade ativa e passiva	137
Legitimidade privativa e concorrente	137
Legitimidade originária e superveniente	137
Legitimidade condicionada e incondicionada	137
4. Legitimação do Ministério Público	137
Quadro normativo	137
Interesses sob tutela	139

Interesses individuais homogêneos	140
Mensalidades escolares	147
A solução jurídica da questão	149
Natureza da legitimação	156
Legitimação prioritária do Ministério Público	158
5. Pessoas Federativas	159
Distrito Federal	160
Territórios	161
6. Administração Indireta e Fundacional	162
Fundações	163
Natureza da legitimação	165
7. Associações Legitimadas	165
Associações	165
Legitimação das associações	167
Natureza da legitimação	168
8. Órgãos Despersonalizados	171
9. Partidos Políticos	172
10. Legitimação no Estatuto do Idoso	173
11. Legitimação Passiva	175
Capítulo VII – O Ministério Público como Fiscal da Lei	179
1. Atuações do Ministério Público	179
Formas de atuação	179
Atuação no Código de Processo Civil	180
2. Atuação na Ação Civil Pública	181
Obrigatoriedade	181
Indisponibilidade dos interesses	183
A atuação fiscalizadora	184
Duplicidade de órgãos	185
Independência funcional	187
Legitimidade recursal	188
Capítulo VIII – Litisconsórcio	189
1. Litisconsórcio	189
Sentido	189
Litisconsórcio necessário e facultativo	190
Litisconsórcio unitário	190
2. Litisconsórcio na Ação Civil Pública	191
Natureza jurídica	191
Poder público e outras associações	192
3. Conexão	193
4. Litispendência	194
Considerações gerais	194
Litispendência na ação civil pública	195

Ação civil pública e ações individuais	196
Ação civil pública e ação popular	197
5. O Ministério Público: Alternativa de Atuação	198
6. Litisconsórcio Passivo	198
7. Prazo	202
8. Assistência	204
Capítulo IX – Desistência ou Abandono da Ação	207
1. Desistência da Ação	207
2. Abandono da Ação	208
3. A Substituição Processual Superveniente	209
Sentido, natureza e fundamento	209
Condições para a substituição	210
4. O Ministério Público	211
5. Obrigatoriedade ou Faculdade?	212
Redação antiga e nova	212
Substituição na ação popular	212
O verbo “assumirá”	213
A alteração legislativa	215
6. Efeito da Substituição	216
Capítulo X – Requisito da Pré-Constituição	217
1. Requisito da Pré-Constituição	217
Pertinência objetiva	219
2. Manifesto Interesse Social	220
3. Dimensão do Dano	222
4. Característica do Dano	223
5. Relevância do Bem Jurídico Protegido	224
Capítulo XI – Litisconsórcio de Ministérios Públicos	225
1. Considerações Preliminares	225
2. Autonomia dos Ministérios Públicos	226
3. Campo de Atuação dos Ministérios Públicos	227
4. Litisconsórcio de Ministérios Públicos	228
5. Competência de Foro	231
6. Foro do Litisconsórcio	232
7. Natureza do Litisconsórcio	234
Capítulo XII – Compromisso de Ajustamento de Conduta	235
1. Considerações Preliminares	235
2. Órgãos Públicos	235
Sentido jurídico próprio	235
Sentido no texto	236
3. O Compromisso de Ajustamento de Conduta	237

Conceito e natureza jurídica	237
Formalização	238
Requisitos de validade	239
Participantes no compromisso	240
Modalidades	241
Atuação do Ministério Público	242
Vedação de concessões	244
4. As Cominações	244
5. Título Executivo Extrajudicial	245
Título executivo	245
Título executivo judicial e extrajudicial	246
O compromisso como título executivo extrajudicial	247
6. Compromisso de Ajustamento e Ação Civil Pública	248
Compromisso firmado antes da ação	248
Compromisso firmado no curso da ação	251
7. Execução do Título de Compromisso	254
Capítulo XIII – Representação ao Ministério Público	257
1. A Representação	257
Sentido	257
Natureza	258
Formalização	258
2. A Representação ao Ministério Público	259
3. Faculdade e Dever de Representar	260
4. Objeto da Representação	262
Capítulo XIV – Informações do Judiciário	265
1. Considerações Preliminares	265
2. Juizes e Tribunais	265
3. Exercício das Funções	266
4. Natureza da Recomendação	268
5. Os Fatos Informados	268
6. Providências do Ministério Público	269
Capítulo XV – Instrução da Petição Inicial	271
1. A Petição Inicial	271
2. Instrução da Inicial	273
3. Instrução Inicial na Ação Civil Pública	274
4. O Requerimento do Interessado	276
5. Autoridades Competentes	277
6. Certidões e Informações	278
Certidões	278
Informações	279
7. Prazo para Certidões e Informações	280

Capítulo XVI – Inquérito Civil	281
1. Instrução pelo Ministério Público	281
2. O Inquérito Civil	281
Considerações preliminares	281
Natureza jurídica	282
Objeto	284
Caráter inquisitório	285
Procedimento no inquérito	286
Desfecho do inquérito	288
Duplicidade de inquéritos	288
Presidência do inquérito	289
Atribuição	290
3. Requisição de Provas pelo Ministério Público	294
Requisição	294
Natureza jurídica	294
Objeto da requisição	295
Prazo de atendimento	296
Desobediência à requisição	297
Capítulo XVII – Casos de Sigilo	299
1. A Garantia do Sigilo	299
2. Motivação da Recusa	300
3. Efeito da Hipótese de Sigilo Legal	301
4. A Requisição do Juiz	302
5. A Requisição do Ministério Público	303
6. Sigilo Bancário	306
Capítulo XVIII – Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil	309
1. Inexistência de Fundamento para a Ação	309
2. O Convencimento da Falta de Fundamento	310
3. Esgotamento das Diligências	311
4. A Promoção do Arquivamento	313
5. Arquivamento de Natureza Institucional e Arquivamento Administrativo	314
6. Inquérito Civil e Peças Informativas	315
7. A Fundamentação	316
Capítulo XIX – Remessa ao Conselho Superior	319
1. Autos do Inquérito ou das Peças Informativas	319
2. A Remessa ao Conselho Superior	320
3. O Prazo	320
4. A Infração Funcional	321
Responsabilidade administrativa	321
Sujeito ativo da falta	322

5. Falta Grave	322
6. Conselho Superior	324
Capítulo XX – Razões e Documentos Após o Arquivamento	325
1. Escopo do Dispositivo	325
2. Razões Escritas e Documentos	326
3. Legitimação	327
4. Oportunidade da Apresentação	328
5. Juntada a Anexação de Dados	329
6. Homologação e Rejeição pelo Conselho	331
Capítulo XXI – Exame e Deliberação do Conselho	335
1. Exame da Promoção de Arquivamento	335
2. As Duas Faces do Exame	336
3. Deliberação do Conselho	337
4. O Conselho Superior do Ministério Público	338
5. As Disposições do Regimento	339
Capítulo XXII – Designação de Outro Órgão	343
1. A Falta de Homologação	343
2. Diferença entre Não Homologar e Rejeitar	343
3. Efeitos da Não-Homologação	344
4. A Designação de Outro Órgão	345
A designação	345
Legislação institucional anterior	346
A Lei nº 7.347/85	347
A lei orgânica vigente	347
Efeito da norma nova	348
5. O Órgão Designado	348
Capítulo XXIII – Recusa, Retardamento e Omissão de Dados Técnicos ..	351
1. O Poder Requisitório do Ministério Público	351
2. As Condutas Típicas	352
3. Dados Técnicos	353
4. Indispensabilidade dos Dados para a Ação	354
5. Perfil Jurídico do Crime	356
Sujeito ativo	356
Sujeito passivo	356
Objeto do crime	357
Elementos do tipo	357
Dolo	358
Crime omissivo	358
Ação penal	360

6. As Penas	360
7. A Pena de Multa	361
Capítulo XXIV – Cumprimento da Obrigação de Fazer ou Não Fazer	365
1. Obrigação de Fazer ou Não Fazer	365
2. A Determinação na Sentença	366
3. A Prestação e a Cessaçãõ	366
4. Execução Específica	368
5. Cominaçãõ de Multa	370
A questãõ do cumprimento das obrigações	370
Aplicaçãõ das <i>astreintes</i>	371
Opçãõ judicial	372
Multa suficiente ou compatível	373
6. Desnecessidade de Requerimento para a Cominaçãõ da Multa	373
Capítulo XXV – Mandado Liminar	377
1. Tutela Preventiva	377
2. Mandado Liminar	377
Sentido da expressãõ	377
Onde é concedido o mandado	378
Atos do poder pùblico	379
3. Faculdade Judicial	380
4. Justificaçãõ Prévã	382
Sentido da lei	382
Elementos da justificaçãõ	382
Pessoas de direito pùblico	383
5. Recursos	385
6. Revogaçãõ da Liminar	386
Capítulo XXVI – Suspensãõ da Execuçãõ da Liminar	389
1. A Derrogaçãõ do Dispositivo	389
2. O Requerimento de Suspensãõ	390
Direito positivo	390
Natureza jurìdica	390
3. Legitimaçãõ para o Pedido	391
4. Objetivo do Requerimento	394
5. Pressupostos de Admissibilidade	396
Açãõ movida contra o poder pùblico ou seus agentes	396
Manifesto interesse pùblico ou flagrante ilegitimidade	397
6. Òrgãõ Julgador	397
7. Fundamentaçãõ da Decisãõ	398
8. Intervençãõ do Ministèrio Pùblico	399
9. O Recurso	401

Capítulo XXVII – Multa Liminar. Débito e Exigibilidade	405
1. Cominação Liminar da Multa	405
2. Termo Inicial do Débito	406
3. Exigibilidade da Multa	407
4. Trânsito em Julgado	408
Capítulo XXVIII – Fundo de Reparação	411
1. Condenação em Dinheiro	411
Condenação à indenização	411
Condenação à pena de multa	412
Outras fontes	412
2. Fundos Públicos	413
Natureza jurídica	413
Controle e fontes	413
Afetação	414
3. O Fundo de Reconstituição de Bens Lesados	415
Motivo inspirador	415
Elementos característicos	415
Outras referências ao fundo	416
Nomenclatura do fundo	416
4. Os Conselhos Gestores	417
5. Finalidade	418
6. A Regulamentação	419
7. Ação Civil Pública de Caráter Constitutivo	419
Capítulo XXIX – A Espera da Regulamentação	423
1. Natureza da Norma	423
2. Conteúdo da Norma	423
Capítulo XXX – Efeito dos Recursos	425
1. O Recurso como Instrumento Processual	425
Sentido e natureza jurídica	425
Pressupostos de admissibilidade	426
Efeitos	426
2. A Fonte dos Efeitos do Recurso	427
3. A Definição Judicial do Efeito Suspensivo	428
4. Dano Irreparável	430
5. Declaração Judicial Ante o Recurso	431
6. Renúncia e Desistência do Recurso	432
7. Efeito do Recurso e Execução	433
8. Suspensão da Execução da Sentença	434
9. Legitimação Recursal	435
Recursos das partes	435

Recurso do Ministério Público	435
Recurso de terceiro prejudicado	436
10. Prazo Recursal	437
Capítulo XXXI – Execução do Julgado	439
1. Introdução	439
2. Execução	439
Natureza jurídica	439
Pressupostos	440
Pretensão executiva	441
Espécies	441
3. Execução Condicional e Incondicionada	442
4. A Legitimação Executória	442
Noções gerais	442
Legitimação executória na lei	443
O Ministério Público	444
5. Execução Definitiva e Provisória	446
Capítulo XXXII – Coisa Julgada	449
1. Introdução	449
2. Coisa Julgada	449
3. Limites da Coisa Julgada	451
4. Coisa Julgada <i>Erga Omnes</i>	452
5. Precedente: Ação Popular	453
6. Deficiência e Insuficiência da Prova	454
7. Modalidades de Decisão	455
8. Efeitos das Decisões	456
9. Ações Coletivas e Individuais	457
10. A Nova Prova	459
11. Regime Jurídico da Coisa Julgada no Código de Defesa do Consumidor	460
Incidência normativa	460
Coisa julgada e ações de indenização	461
Coisa julgada e interesses sob tutela	462
Litispendência	462
12. Conexão de Ação Civil Pública e Ação Popular	464
13. A Questão da Inconstitucionalidade do Art. 16	465
Capítulo XXXIII – Litigância de Má-Fé	467
1. Considerações Preliminares	467
2. Litigância de Má-Fé	468
Noção de má-fé	469
Má-fé no sistema processual	469
Outros casos de má-fé processual	469
3. Condenação em Honorários	470

4. O Décuplo das Custas	472
5. A Responsabilidade por Dano Processual	474
6. Os Sujeitos Ativos da Responsabilidade	474
Capítulo XXXIV – Ônus da Sucumbência	477
1. Incidência do Dispositivo	477
2. Adiantamento de Despesas	478
Sistema de antecipação	478
O sentido de "despesas"	479
3. Ônus da Sucumbência	480
4. Sucumbência das Associações	481
5. Sucumbência das Pessoas Administrativas	482
6. O Ministério Público como Parte Vencida	482
7. Sucumbência do Réu	485
Capítulo XXXV – Aplicação Subsidiária do Código de Processo Civil	487
1. Lei Geral e Lei Especial	487
2. Normas de Incidência	488
3. Normas de Não-Incidência	489
Capítulo XXXVI – Regulamentação do Fundo	491
1. Introdução	491
2. As Primeiras Regulamentações	491
3. A Alteração da Hierarquia Normativa Regulamentadora do Fundo ..	492
4. A Disciplina Legal	493
5. Regras Ainda Eficazes do Regulamento	495
Capítulo XXXVII – Aplicação Supletiva do Código de Defesa do	
Consumidor	497
1. Observação Inicial	497
2. Princípio da Adequação	497
3. As Disposições Gerais	498
4. As Ações Coletivas	499
5. Ações de Responsabilidade do Fornecedor de Produtos e Serviços ..	499
6. A Coisa Julgada	501
Capítulo XXXVIII – Vigência da Lei e Revogação de Disposições Con-	
trárias	505
Bibliografia	507
Legislação	511
Constituição Federal	511
Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985	515

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	519
Lei nº 7.913, de 7 de dezembro de 1989	521
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990	522
Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990	528
Lei nº 8.437, de 30 de julho de 1992	535
Lei nº 8.884, de 11 de julho de 1994	536
Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993	547
Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995	555
Decreto nº 1.306, de 9 de novembro de 1994	557
Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995	560
Índice Remissivo	563